



O Diretor da Escola Superior do Ministério Público comunica aos Membros do Ministério Público e demais Bacharéis em Direito, a realização do 5º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO, Pós-Graduação "lato sensu", cujas normas são as que seguem:

PLANO DO CURSO

I – JUSTIFICATIVA

Em face dos 25 anos da promulgação da Constituição, no ano de 1988, que tem como marco a expansão da proteção de direitos individuais e sociais, bem como em face das alterações mundiais sofridas nestas últimas décadas com o fenômeno da globalização e de propostas neoliberais, que pressionaram os Estados nações a rever suas regulamentações no que tange à ordem econômica e social (como reformas administrativas e previdenciárias, por exemplo), a Escola Superior do Ministério Público apresenta a 5ª versão do Curso de Especialização em Direito Público, com a proposta de se "revisitar" temas importantes à atuação dos operadores do Direito, a partir das experiências vivenciadas nesse período, fazendo um contraponto entre as normas constitucionais e a dogmática jurídica e a prática do dia a dia.

II – OBJETIVOS

O Curso de Especialização em Direito Público tem como objetivo formar profissionais capazes de atender materialmente às demandas sociais complexas que se apresentam à operação jurídica contemporânea, principalmente em vista das peculiaridades dos processos políticos e econômicos atuais que interferem com as noções tradicionais de Estado e sua estrutura. A capacitação profissional jurídica envolve o domínio não apenas de técnicas baseadas nas concepções tradicionais dos institutos e instrumento do direito, mas também a consciência crítica do alcance, limites e possibilidades da ciência do direito no contexto acelerado das transformações contínuas verificadas na realidade social de hoje.

Ainda, a proposta que inspira a concepção dos cursos apresentados tem como finalidade formar profissionais

habilitados ao ensino do direito nas áreas específicas, conscientes da inadequação das disciplinas e métodos pedagógicos tradicionais no contexto sócio-político-econômico, que dimensiona a operação jurídica de agora, que rejeita o ensino exclusivamente dogmático e a visão essencialmente formalista do direito.

II - ESTRUTURA DO CURSO

O 5º Curso de Especialização em Direito Público será ministrado na Escola Superior do Ministério Público, situada na Rua Treze de Maio, 1.259, térreo, auditório JULIO FABBRINI MIRABETE, e desenvolver-se-á com a carga horária mínima de 360 horas, sendo composto de 8 módulos:

MÓDULO I - Ciência Política - 40 horas-aula

MÓDULO II - Direito Constitucional - 60 horas-aula

MÓDULO III – Direitos Humanos, Direito Constitucional Estadual e Municipal - 40 horas-aula

MÓDULO IV - Direito Administrativo - 68 horas-aula

MÓDULO V - Direito Econômico - 36 horas-aula

MÓDULO VI - Direito Tributário - 32 horas-aula

MÓDULO VII – Direito Financeiro - 24 horas-aula

MÓDULO VIII - Metodologia e Didática do Ensino Superior - 60 horas-aula

O Curso de Especialização será ministrado às segundas e quartas-feiras, constituindo-se de 4 aulas de 50 minutos.

Segunda e Quarta-feira

18h30 às 19 h (Recepção)

19h às 19h50

19h50 às 20h40

Intervalo

20h50 às 21h40

21h40 às 22h30

III - AVALIAÇÃO

A avaliação do desempenho escolar será realizada:
I – pela freqüência às atividades escolares;

II – pelo grau de aproveitamento em trabalhos escolares e provas;
III – pela nota obtida no trabalho de conclusão do curso (monografia).

O aluno será considerado aprovado em cada módulo se obtiver média de avaliação final igual ou superior a 7,0 (sete) e 75% (setenta e cinco), pelo menos, de frequência (art. 57, “caput”, do Regimento Interno da ESMP, e art. 6º da Deliberação nº 09/98 do C.E.E.).

Ao final do Curso, o aluno apresentará uma monografia sobre tema pertinente à área de Direito Público. Os professores definirão os requisitos para a aceitação da monografia e a orientação metodológica de sua elaboração.

Para a obtenção do título de especialista, o aluno deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - média final igual ou superior a 7,0 (sete) em cada módulo;

II - frequência de 75%, no mínimo, da carga horária prevista, em cada módulo;

III - elaboração de monografia que receba, no mínimo, a nota 7,0 (sete).

IV - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Período de Inscrições..... 15/05 a 20/07/2013

Processo Seletivo..... 22 a 26/07/2013

Avaliação escrita a ser realizada em22/07/2013 às 19h

Publicação da lista de selecionados na Internet25/07/2013 e

DOE..... 26/07/2013

Período de Matrícula..... 29/07 a 02/08/2013

Início das aulas - 2º semestre de 2013..... 05/08/2013

Término das aulas - 2º semestre de 2013..... 04/12/2013

Férias 01/01 a 28/02/2014

Reinício das aulas - 1º semestre de 2014.....10/03/2014

Término das aulas - 1º semestre de 2014..... 30/06/2014

Reinício das aulas - 2º semestre de 2014.....	04/08/2014
Término das aulas teóricas do curso.....	20/10/2014
Orientação de Monografia..Outubro a Dezembro de 2014 e Março de 2015	
Entrega das monografias.....	30/04/2015

V - ELENCO DOS PROFESSORES CONVIDADOS da ESMP:

Coordenação Geral: Susana Henriques da Costa – Doutora em Direito

MÓDULO I - Ciência Política – 40 horas-aula

Coordenador e Professor do Módulo:

José Eduardo Campos de Oliveira Faria - Doutor em Direito

MÓDULO II - Direito Constitucional – 60 horas-aula

Coordenador e Professor do Módulo:

Vidal Serrano Nunes Junior – Doutor em Direito

MÓDULO III - Direitos Humanos, Direito Constitucional Estadual e Municipal – 40 horas-aula

Coordenador e Professor do Módulo:

Eduardo Dias de Souza Ferreira – Doutor em Direito

MÓDULO IV - Direito Administrativo - 68 horas-aula

Coordenador e Professor do Módulo:

Wallace Paiva Martins Junior – Doutor em Direito

MÓDULO V - Direito Econômico – 36 horas-aula

Coordenador e Professor do Módulo:

Ronaldo Porto Macedo Júnior – Doutor em Direito

MÓDULO VI - Direito Tributário – 32 horas-aula

Coordenador e Professor do Módulo:

Marcelo Sciorilli - Doutor em Direito

MÓDULO VII

Direito Financeiro – 24 horas-aula

Coordenador e Professor do Módulo:

José Maurício Conti – Doutor em Direito

MÓDULO VIII

Metodologia e Didática do Ensino Superior – 60 horas-aula

Coordenador e Professor do Módulo:

José Eduardo Campos de Oliveira Faria – Doutor em Direito

O curso contará, eventualmente, com professores visitantes, nacionais ou internacionais, notórios por sua especialização, saber técnico ou científico ou, ainda, por se destacarem no desenvolvimento de trabalhos e pesquisas relativas à área de Direito Público. Tais professores serão convidados na qualidade de expositores ou debatedores, sempre sob a responsabilidade dos professores regentes de cada disciplina.

VI - VAGAS, INSCRIÇÕES E MATRÍCULA

A - NÚMERO DE VAGAS: 150

B - INSCRIÇÕES

Poderão se inscrever no Curso de Especialização os bacharéis em Direito, portadores de diploma ou certificado de conclusão do referido curso.

Será dada prioridade aos membros do Ministério Público.

As vagas remanescentes serão preenchidas mediante processo seletivo, a ser realizado no período de 22 a 26/07/2013, consubstanciado em prova de conhecimento e na análise da *ficha do processo seletivo* e, se necessário, de entrevista pessoal (art. 42 do R.I.), a critério da comissão nomeada.

C - PERÍODO DE INSCRIÇÕES E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

As inscrições serão realizadas no período de 15 de maio a 20 de julho de 2013, no site da ESMP (www.esmp.sp.gov.br), com o preenchimento de formulários on-line.

Os candidatos deverão preencher ficha de inscrição e a ficha do processo seletivo.

D - PERÍODO DE MATRÍCULA E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

A matrícula será efetuada no período de 29/07 a 02/08/2013, junto à Secretaria da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, na Rua Treze de Maio nº 1.259 – 1º andar, no horário das 09 às 19 horas, mediante a apresentação de cópias reprográficas com o respectivo documento original, dos seguintes documentos:

- RG;
- CPF;
- cópia do diploma ou certificado de conclusão do curso de Direito;

- três fotos 3 x 4;
- recibo de pagamento da matrícula.

VII - MENSALIDADE

A mensalidade será de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) pagos até o dia 10 de cada mês, de agosto a dezembro de 2013 e de março a novembro de 2014, e nos meses de janeiro, fevereiro e julho de 2014 não haverá pagamento.

A primeira parcela (relativa ao mês de agosto/2013) deverá ser paga, através de depósito tipo C, diretamente do caixa de uma agência do Banco do Brasil (não poderá ser feito por caixa-eletrônico), Agência 5905-6, CC Nº 139610-2, Favorecido: Fundo Especial de Despesa do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, CNPJ Nº 13.885.270/0001-79, e serão necessários os seguintes códigos identificadores junto à instituição financeira:

Código 1 - CPF do inscrito

Código 2 - 03

Código 3 - Nome completo do inscrito

Código 4 - 5 CEDPUB

Pela Internet somente será possível transferência "DOC" de outro banco que não seja o Banco do Brasil.

No ato da matrícula deverá ser entregue a cópia reprográfica do comprovante de pagamento, Agência 5905-6, CC Nº 139610-2, Favorecido: Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, CNPJ Nº 13.885.270/0001-79, e no ato da matrícula deverá ser entregue o xerox do comprovante de pagamento.

De acordo com a Deliberação do Conselho do CEF/ESMP nº 03/2010, Art. 1º, Parágrafo Único, a matrícula será semestral e gratuita, condicionada à inexistência de débitos junto ao setor financeiro da ESMP.

Os Membros e servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo terão desconto de 30%.

VIII – NÚMERO MÍNIMO DE INSCRITOS

Caso não seja atingido o número mínimo de 40 (quarenta) inscritos/matriculados o curso não será implantado e os valores serão devolvidos aos interessados.

IX - PROGRAMA DO CURSO

PROGRAMA DO CURSO DE DIREITO PÚBLICO

1. Programa básico de Ciência Política

1. Política e Direito: Legitimidade e Governabilidade.
2. Estado de Direito e Esfera Pública: A legitimação do poder.

3. Estado contemporâneo, agências e burocracia: A reforma do estado brasileiro.
4. Estado contemporâneo e democracia, participação política e deliberação: O caso *Anatel*.
5. Instituições políticas e Tribunal constitucional: O caso do controle das políticas de estabilização econômica pelo Supremo Tribunal Federal.
6. Constituição e Políticas Públicas = Justiciabilidade de direitos sociais?
7. Globalização, exclusão e políticas de focalização: O Caso Da *Ilha Das Flores*.
8. Política e Direito: Legitimidade na ordem transnacional.
9. Cortes e sociedade civil: Litígio estratégico transnacional e leis de anistia.

2. Programa básico de Direito Constitucional

1. O sentido da constituição no mundo atual: O direito constitucional frente as transformações políticas e a integração econômica.
2. Poder constituinte. Poder de reforma e mutações constitucionais: O sentido da permanência da Constituição.
3. Valores superiores da Constituição: Categorias constitucionais. Princípios fundamentais das Constituições democráticas e interpretação constitucional: A densificação das normas Constitucionais
4. Direitos e garantias fundamentais nas constituições democráticas: A construção da cidadania democrática no quadro da nova ordem internacional.
5. Separação de poderes no estado contemporâneo: Delineamento dos sistemas de controle.
6. Controle de constitucionalidade das leis: Controle concentrado e controle difuso.
7. Processo Legislativo. O devido processo legal em sentido material.
8. Organização do Estado: União, Estado-Membro e Município.
9. Poder Legislativo.
10. Poder Executivo.
11. Poder Judiciário.
12. Ministério Público, Defensoria e Advocacia.
13. Controle externo do Ministério Público e do Poder Judiciário
14. Ordem social na Constituição.

3. Programa básico de Direitos Humanos, Direito Constitucional Estadual e Municipal

1. Sistema internacional de proteção aos Direitos Humanos.
2. Sistema de proteção dos Direitos Humanos no Brasil.
3. Direitos e garantias constitucionais e os remédios constitucionais.
4. O regime da liberdade de imprensa no Brasil e seu controle. Concessões de rádio e Tv e técnicas de controle de programação.
5. Proteção da intimidade, da vida privada, da imagem e da honra.
6. Políticas públicas.
7. Ações afirmativas.
8. Intervenção federal nos estados. Controle de constitucionalidade da Constituição Estadual.
9. O Município na organização político-administrativa brasileira.
10. Estatuto da cidade e Plano Diretor.

4. Programa básico de Direito Administrativo

1. Teoria geral do direito administrativo.
2. Princípios fundamentais da administração pública.
3. Hierarquia administrativa. Poder de polícia. Poder discricionário e controle.
4. Ato administrativo. Nulidades.
5. Descentralização e centralização: Empresas públicas; Autarquias, sociedades de economia mista. Parcerias.
6. Serviços Públicos.
7. Bens Públicos.
8. Contratos administrativos – características, modalidades, garantias, alterações, cláusulas exorbitantes; convênios e consórcios.
9. Contratos administrativos. Licitações.
10. Direito administrativo sancionador.
11. Processo e procedimento administrativo.
12. Regime jurídico do servidor público.
13. Regime jurídico do servidor público.
14. Responsabilidade civil extracontratual do estado.
15. Mandado de segurança.
16. Regime jurídico do servidor público.

5. Programa básico de Direito Econômico

1. Direito e Economia: a disciplina jurídica da atividade econômica. Sistemas econômicos. Direito Econômico: evolução, conceito e princípios.
2. Constituição econômica. A ordem econômica na Constituição Federal de 1988.
3. Relações jurídicas no âmbito do direito econômico. Contratos relacionais.
4. A intervenção do Estado no processo econômico (parte I). Exploração direta da atividade econômica pelo Estado. Prestação de serviços públicos.
5. A intervenção do Estado no processo econômico (parte II). O Estado como agente regulador.
6. Mercado e livre concorrência. A legislação antitruste brasileira.
7. O abuso do poder econômico. Organismos e instrumentos de combate às infrações à ordem econômica.
8. Mercado e instrumentos de fomento ao desenvolvimento econômico.
9. Disciplina da moeda, do crédito e do sistema financeiro nacional.

6. Programa básico de Direito Tributário

1. Normas gerais de direito tributário. A legislação tributária: vigência, aplicação e interpretação. Administração e fiscalização tributária.
2. O Sistema constitucional tributário. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Competências tributárias.
3. O tributo e as suas espécies. Impostos, taxas, contribuições de melhoria e contribuições sociais. Controle da destinação dos tributos vinculados.
4. A obrigação tributária. Fato gerador. Sujeitos. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária.
5. O crédito tributário. Lançamento. Suspensão, exclusão e extinção. Garantias e privilégios do crédito tributário.
6. Procedimento administrativo tributário. Execução Fiscal. Ações de impugnação à exigência ou cobrança de tributos.
7. Direito Penal Tributário. Os crimes contra a ordem tributária.
8. Combate à lavagem de ativos financeiros.

7. Programa básico de Direito Financeiro

1. Normas gerais de direito financeiro. Política financeira e disciplina jurídica da atividade financeira do Estado.
2. Receitas públicas: conceito, espécies, utilização e repartição.
3. Despesas públicas: conceito e espécies. Precatórios.
4. Crédito público: noções fundamentais, empréstimos públicos e empréstimos compulsórios. Lei de Responsabilidade Fiscal.
5. Orçamento público: origem, regime jurídico, espécies e processo legislativo orçamentário. Fiscalização. Tribunais de Contas.

8. Programa básico de Metodologia e Didática do Ensino Superior

1. Educação na sociedade contemporânea e nas sociedades primitivas.
2. A dimensão socioeconômica e cultural como determinante do método e da prática pedagógica.
3. A Pesquisa enquanto método de ação no ensino superior.
4. O Conceito de problema; hipóteses e variáveis no projeto de pesquisa – formulação.
- 5A estrutura formal do projeto de pesquisa.
natureza da pesquisa.
6. A pesquisa bibliográfica – observações na coleta de dados e no delineamento.
7. Aspectos gráficos e formais na redação da monografia.

Programa Básico de Metodologia do Ensino Jurídico

- 1 - O ensino jurídico no Brasil: origens, dilemas e desafios
2. O Objeto do ensino jurídico: Transformações do direito positivo e das profissões Jurídicas.
3. O objeto do ensino Jurídico: Transformações do direito positivo e das profissões jurídicas (Continuação)
4. O ensino jurídico no novo contexto do Direito: Transnacionalização, ativismo judicial e acesso à justiça.
5. Os cursos jurídicos, o ensino superior e a reforma universitária em questão.

5º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO – 2013/2015

FICHA DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO Nº _____

MATRÍCULA Nº

Favor preencher em letra de forma (legível)

Nome: _____

R.G.: _____ Órgão Emissor: _____

CPF: _____

Filiação – pai:

mãe: _____

Nascimento – data: ____/____/_____

Local: _____

Nacionalidade: _____

Estado Civil: _____

Profissão: _____

Órgão: _____

Cargo: _____

Endereço –

Rua: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

Estado: _____ CEP: _____

Telefone – celular: () _____

residencial: () _____

comercial: () _____

fax: () _____

e-mail: _____

Graduação –

Instituição: _____

Local: _____

Data da Colação de Grau: ____/____/____

Declaro serem verdadeiras as informações acima prestadas e que estou de acordo com o edital e o regulamento do 5º Curso de Especialização em DIREITO PÚBLICO, em nível de Pós-Graduação "lato sensu".

São Paulo, ____/____/____

Assinatura

PROCESSO SELETIVO

1 - NOME: (sem abreviatura)

2 - TÍTULOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (especificar a Instituição Promotora, ano de início e de conclusão)

- DOUTORADO:

- MESTRADO:

- PÓS-GRADUAÇÃO, APRIMORAMENTO, EXTENSÃO, APERFEIÇOAMENTO, ETC.:

2 - CARGOS OCUPADOS, FUNÇÕES EXERCIDAS (informar respectivos períodos)
Cargos ocupados, Funções exercidas e Períodos:

3 - TRABALHOS PUBLICADOS (na área nos últimos 5 anos)

4- PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SIMPÓSIOS (nos últimos 5 anos)

DECLARO QUE ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE DOCUMENTO.

São Paulo, ___/___/_____

Assinatura

Observação: as fichas de inscrição e de processo seletivo já estão disponíveis no site www.esmp.sp.gov.br

X- MAIS INFORMAÇÕES: (0xx)11 3017-7744/77/82/83

e-mail pos@esmp.sp.gov.br

Republicado por necessidade de retificação.